ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO

CONSELHO ULTRAMARINO

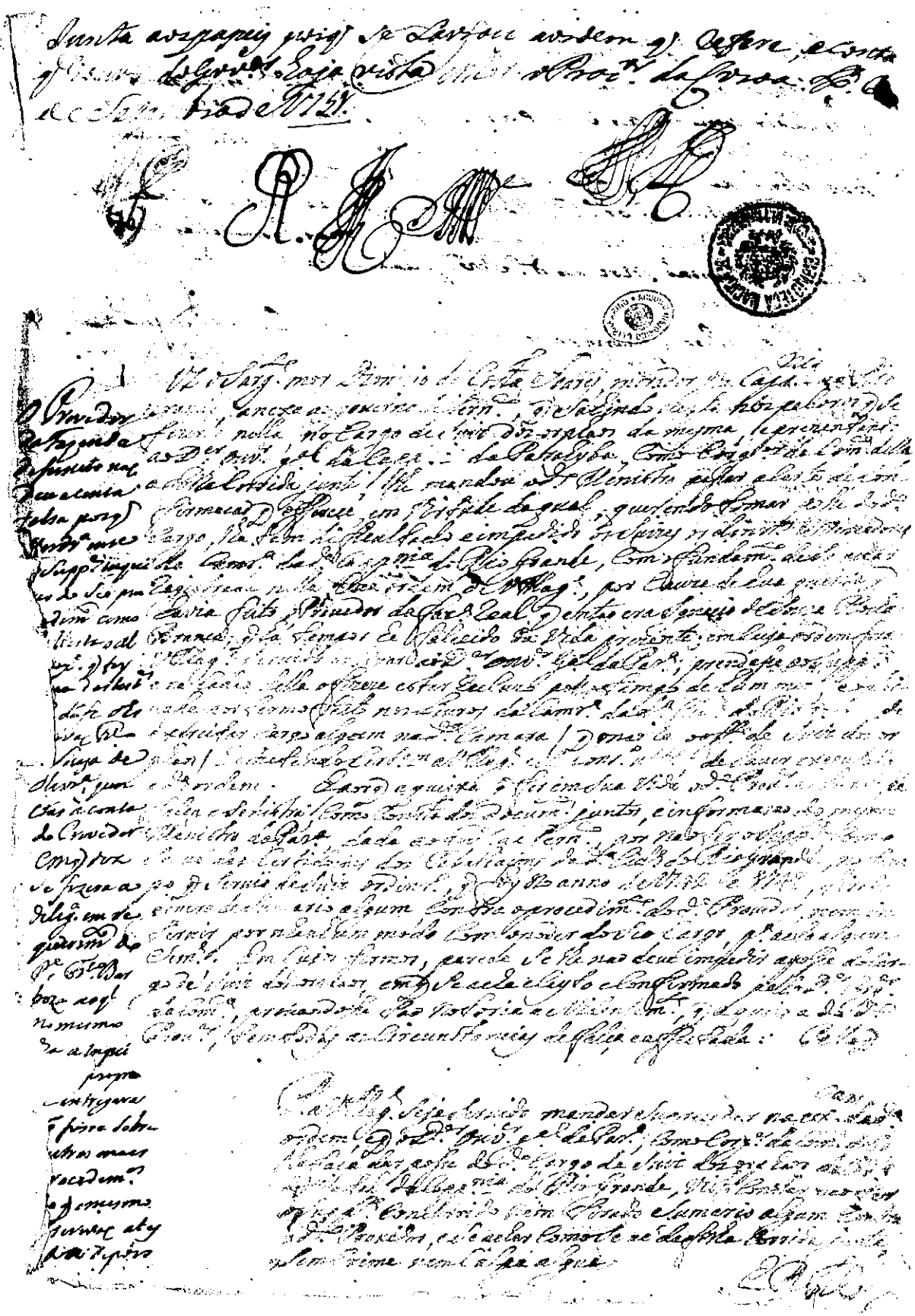
BRASIL—RIO GRANDE DO NORTE

[Ant. 1751, Setembro, 6]

[Natal]

Caixa 6 Doc. N.º 356

[ant. 1751, Setembro, 6, Natal]
REQUERIMENTO do sargento-mor Dionísio da Costa Soares ao rei [D. José] pedindo ordem para que o ouvidor-geral da Paraíba lhe dê posse do cargo de juiz dos Órfãos da Cidade de Natal, para o qual foi eleito.
Anexo: provisão, carta e sumário de testemunhas.
AHU-RIO GRANDE DO NORTE, Cx. 6, D. 8
AHU_ACL_CU_018, Cx. 6, D. 356



Diz o Supp.e o depozem o Mesmo.

Quer Informação do Supp.e Confirme a Verd.e mandando
persuadir como foi ao Gov.or Cap.m Corregedor e Ouvidor
nelas por despr.o do Capitão mor, mas convencerão, q.e elle
hia Sem ne Informarse do Gov.or mandou tirar ao Capitão
Mor dos Capitulos q.e o Dr. Pe Barboza offereceo contra o Gov.or
Coronel, Dezeve Se Contrayão ao Dr. Pe mas. Cavallos como
Supp.e o Capitão Mor ao Dr. Gov.or guardando o Stylo delle
Recomendava.

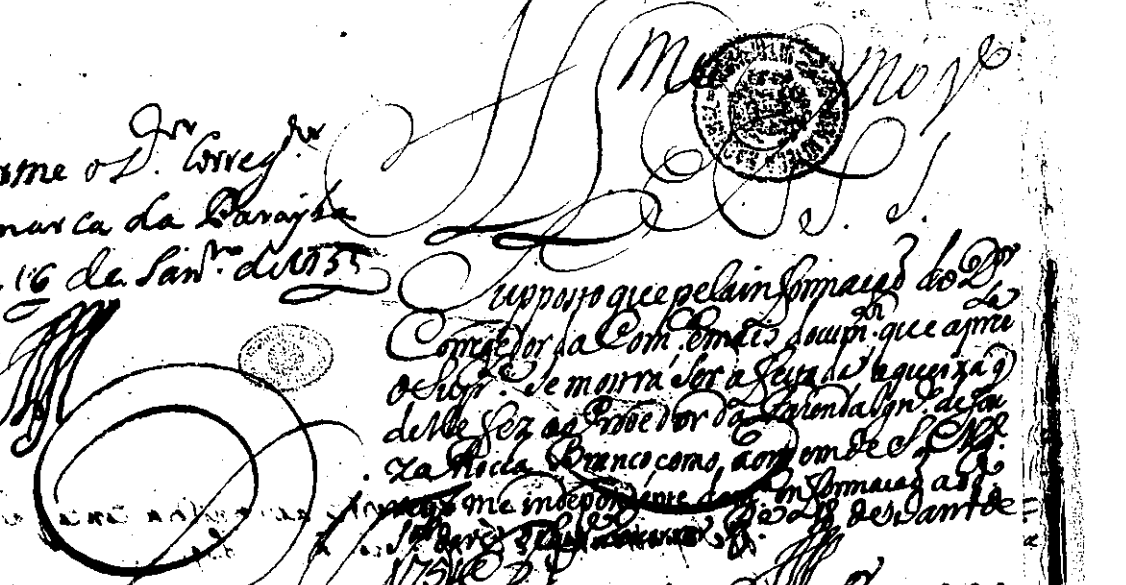
Informe e Congruado o Supp.e Como queixoso e
Aceitado p.l Gov.or Concorre Provado as Testem.as e Sabr.as dos Capi-
tolos, e Visto ele convencerão, pois nos Auto procedim Contra o
Gov.or, antes ficarão Mal Vistos como Dr. Gov.or declarou nomea
Na Carta Copiada a ff. 10 da Sua queixa, e Visto o expendo por prudo
ao mesmo Gov.or Cap.m e Corregedor Sem Informarse me Repugna a falta
ad.a queixa Genuina a approvação deste Tribunal.

Visto porem como a Ordem foy p.a não Serem nas
Comr.as da Cid.e Dentro, e Cargo de Juiz dos Orfaos Nad
Deja comprehendido Nesta prohibição, Não duvido q.e Se
Conceda ao Supp.e am.e q.e pede.

Informe o Provd.or da Fazd.a averiguando Com toda a
expedição se o Supp.e Contrahe a Prim.a Nomeação de
Juiz dos Contos e Orfaos Provedor e Escrivão deputado
q.e se Ma Remetido, e de hoje Dara Conta Fazendo
Sentença a q.e Cargo de Juiz de Orfaos acha
Duvidas na confirmação Bah.a 7 de Set.o de 1751

Passou se ordem por duas vias em 13 de Outr.o de 1751

Informe o Dr. Corregr.
da Comarca da Parayba
Dom 16 de Janr. de 1755



Supposto que pela Informaçaõ do Dr.
Corregedor da Com.ca emq̃ lhe Supp.ca que a mre
de Sr. se morreo sem ser a Seyva de legitima q̃
delle fez ao Provedor da Fazenda Alg.m de Sa
Rocha Branco como administrador q̃ foy
dos bens q̃ ficaraõ por fallecimento de Jozeph
Barboza Pereira, e Dona Luiza de Santa
1755

Jozeph Simoens da Costa Sotto Mayor na Cidade
do Natal do Rio Gr.de q̃ estando exercendo o Cargo de Juiz Ordin.o
dameyma no anno de 1748 Vierão por dey pacho do Capp.m Mor
perante o Supp.e os dous Mores. da actual e seo antecessor das Sum
depoyz q̃ p.a se comprovar Suã Apprentaçaõ q̃ se Extravia Sesta
ao Sr. Dom Marcos de Noronha estando governando estas Capp.
as em virtude da carta do mesmo Sr. escripta ao Capp.m Mor, qual
Sejunta tirada empublica forma. deq̃ resultou dar conta o Sup.e
Gen.al do Sñor. Rocha Branco ao Mag.de com narrativa
Sendo verdadeyra dizendo q̃ o Supp.e tirara hum Sumario de
testemunhas contra o Sup.e procedimento q̃ tal nunqua Sehouve
como Consta das Ordens q̃ lhe Tabb.m q̃ se apprezentaraõ e vis
tendo o Cons.o do Sup.e a carta q̃ lhe foy Escripta.
Sendo tudo Suã Justificada Reprezentaçaõ ao Sup.e dessunindo
amandou Seo Successor Registar na Cam.a naõ obstando as
Sim fazer por Lhe naõ Competir tal procedimento q̃ Só pertence
tendia ao Dr. Ouv.or Gl da Rel.ão no caso que Lhe tivesse
Vindo ad.a ordem. entpedindo desta forma atomar prezente
do Cargo de Juiz de Horfans emq̃ Sahyo Elleyto nos Pelouros
q̃ Se fizeraõ perante o Dr. Manoel Corrg.or epoys
o Supp.e Se achar Sem culpa alguã q̃ o prive de tomar a dita
posse como Sempre de facto Se Costuma a carta de Confirmaçaõ
maçaõ a Lem dyta mayz de cem cruzados q̃ apprezentara Sendo
q̃ por Sua acta Registada ad.a Cam.a Se Lhe houvesse dado
da Cam.a aprove ad.a occupaçaõ de Juiz de Horfans Sem correr
aspazo Annal de Dous p.s q̃ à vista dos documentos Juridicos q̃
apprezenta, emformado do mesmo Manoel Corrg.or Se Lhe

Illmo e Exmo Snr.

Illmo e Exmo Snr.

Pella Ordenação do Reyno Liv.º 2.º
Tit.º 40. §.º 6. mandão q̃ nenhũ Corregedor
Ouvidor, ou Juiz de fora, ou Ordinario
Pedaneo, q̃ tiver Correição, ou Alçada
nas Villas, em que residir, ou per
Comarca, nem seu Scrivão, ou Scrivães
dos Feitos, nem Meyrinho, ou Meyrinhos
possão comprar, nem haver per si, nem
per outrem, nem tomar de empenho
cousa alguã, que se venda, ou haja de
vender em Audiencia sua, ou em
Audiencia de Juiz, que lhe seja sogeito,
nem em outra parte, em que tenha
Jurisdição, ou Alçada, nem em Audiencia
de Juiz, que lhe seja sogeito, nem em
outra parte, em que tenha Jurisdição,
ou Alçada, nem em Audiencia de Juiz,
que lhe seja sogeito, nem em outra parte,
em que tenha Jurisdição, ou Alçada,
nem em Audiencia de Juiz, que lhe seja
sogeito, nem em outra parte, em que
tenha Jurisdição, ou Alçada, nem

Illm.o e Exm.o Snr. do Senado da Camara

Diz Ignacio da Costa Soares Monteiro
Cidade q. Deos dirija e Justiça Pede necessa-
rio q. Sua Ex.a Snr.a da Camara, Lhe dê ou dar
Lhe ordem ou carta q. S. Mag.e q. D. Deos g.de m.
Lhe dê para q. Lhe Sirva no Seu Contrato do Vinagre ao-
Por Meio q. da Folha Real Ignacio de Souza Ro-
cha Franco q. segue a mesma da Registar nos Li-
vros deste Senado, e q. Lhe dê o Seu Successor Sobre
Sua conta q. Pede. E. R. M.

Despacho
Como Requer
Escrivão da
Camara
de Dezembro
de 1750
annos

Joseph Barbosa
Leite

Mande o Escrivão da Camara dar
Lhe por dada carta em modo que
faça fé.

Rio Grande 31 de Dezembro de 1750

Eu Manoel Antonio Simões de Mello
Escrivão da Camara nesta Cidade de Rio Grande e
Capitania do Rio Grande por Sua Magestade que
Deus guarde Fiz Certidão que se segue

Snr. do Senado da Camara

Diz o Juiz Ignacio da Costa Soares M. nesta Cidade q. p. bem dos seos direitos e Justiça pede a necessi-
gue o Escrivão da Camara, lhe dê p. dão ou certidão
seu ordem, ou carta q. S. Mag.de que D. Deus g. de
lhe dar pello seo Conselho Ultramar ao
Provedor da Fazenda Real, Ignacio de Souza Ro-
cha Franco q. lega de mandar registar nos Li-
vros deste Senado, pello Por seo Successor sobre
sua conta e lhe dar o Cod. q. pede.

Recebe
p. Certidão
como Requ
lhe mandou. Da
Camara
de Dezbr de 1750
annos

Mandou o Escrivão dar lhe de p. dão
ou certidão da dita carta em modo que
faça fé.

Ignacio Barbosa
Velloso

Ignacio Antonio Simões de Mello
Escrivão da Camera nesta Cidade do Rio Grande
Capitania do Rio Grande por Sua Magestade que
Deus guarde &c. Certifico que neste Senado

Insserto Liur. decotera Sim ex
cutad. Cas Governadr de Pernambuc M
de confirmar Nesta Materia Como tam
as Cartas, que emmendandolhe Lemeta
Sessia do que depuzeras As testemunhas q
Mandou tirar sobre este parte cullar, que
nos Alaxe otirmos que este Clerigo tem Sos
denos tornar aintrar Nesa Capitania de
Rio Grande, que vosmandé mantenhapar Ordena
dovos informeis quem admetis aeste Clerigo a
ser Vendeyro das Rendas Reay, nos Sendo da
Jurisdicas Secullar. El Rey Nosso Senhor
Omandou pellos Conselheyros do Seu Conse
lho Vltramarino, abayxo assignados, e de
Sou por Reay Viar. Pedro de Abreu
Bernardes e Lobo Em Lisboa aquinze de Nove
de Julho de mil Sette Centos e Sincoenta
O Secretario Joaquim Miguel Lopes dalgarve
a fez Escrevel Fernando José Marquez Da
Gallaõ Diogo Rangel de Almeyda Caste
llo Branco Mas. Vas por despacho do Conse
lho Vltramarino de vinte Hey de Julho de
mil e Sette Centos e Sincoenta. Em
se Continha Reay Em a dita Ordem que
Dorney ao Escrivaõ da Fazenda e Sargento
Mor Sebastiaõ Cardoso Botalha que avey
intimar aqual Mo Reporto. Eu Manoel
Antonio Pimentel de Mello Escrivaõ da Ca
mera a Registey Em vintehum de Dezembro
de mil e Sette Centos e Sincoenta annos
Em Sobscripto Reay Em a dita Carta que
ao Reay Registada Em o dito Livro ja Citado aque
me Reporto, Com oqual Corry Conferi, e por
Reay apresente Com o theor della Reay

Consselho Dultr. deotera a Sim
Ecutad. Cas Governadr de Pernambuco
de informar Nesta Materia Como tam
ao Bispo, Recommendandolhe Lemeta
Sossia dogue de pureras Adestemunhas q
Quartdo tirar sobre Este ponto Culler que
nos Relaxe o tirmo que Este Negocio tem
denos tornar aintrar Nessa Capitania do
Rio Grande, vgue vossmandé participar, Ordena-
dovos informeis quem admetis acabte Juiz ad
Ser Ouvidor das Sentenças Civeis, nas Cauzas do
Juridicas Secullar. El Rey Nosso Senhor
Omandou pellos Conselheiros do Seo Conse
lho Vltramarino Abaixo assignados Cartas
Patentes por Elle Vistas de Sesmo pra
Bernardes Mattos Em Lisboa a vinte Nove
de Julho de mil Sette Centos e Sincoenta
O Secretario Joaquim Miguel Lopes de Lavre
a fez Escrever // Fernando José Marquez Da
Calleao // Diogo Rangel de Almeyda Castel
lo Branco Stas. Vistas por despachos do Conse
lho Vltramarino de vinte Hoy de Julho de
mil Sette Centos e Sincoenta. Em
Se Continha O Rey Emadita Ordem que
Dorney ag Escrivaõ da Fazenda e Largentos
mor Sebastiaõ Cardoso Battalha que avesse
Intimar aqual Mi Reporto. Eu Manoel
Antonio Pimentel de Mello Escrivaõ da Ca
mera a Escrevy Este aos vinte de Dezembro
de mil Sette Centos e Sincoenta annos
Em Secretaria Dita Rey Emadita Carta que
ao Rey Registada Em dito Livro ja Citado aque
Me Reporto, Com oqual Corry Conferi, e
Rey apresente Com o theor della e vay

Juiz Ordinario

Juiz Ordinario

Diz Dionizio da Costa Soares m.or nesta Cidade que
p.te bem de Sua Justiça tem requerido p.a hum Juiz Tabl.es Cerio
Vrèz de Judicial determina se passem por certidão aspè lestas,
de seos annos de 1742 e 1748 que servio de Juiz ordinario hum
alguma de Vara, ou Sumario de Inquirição de Testas sobre hum
Cedimento, dogue obrara o D.or P.e Mel Jos.e Real Ignacio de Sou-
za Roza e Branco em materias da Real Fazenda, ou em ou-
tra alguã Cauza aelle pertencente, ou Seem Seu Cartorio segundo
Se Acha, ou traslado delles: e Sendo lomente por lenalar os Es-
Veder nelle Testemunhas de Mayor nome, Vegoy de distancia
desta Cidade Sinco e tres Legoas Manoel de Mello e Albuquer-
que, que apresentarão ades Juiz Sumario, e Vegoy a Reposta do
Cap.am Mor P.e S.to Fran.co Barboza Sinoa, e Ley de Sacramento pello q.l Sey
Cheg.ou Lenal que Lera referio, Seytrinta e tres Tabs. Sem duvida
e q.to Sendo apresentado ao d.o Cap.am Mor Custa Duas
Ley. Fran.co de Miranda Sup.te Ley de p.e Lou. o d.o Juiz man-
dandolle dar as Testidões q.e pedia, p.a q.e elle Juiz pos.a
as Assin.r e Ley. Gr. Dom Marcos de Noronha G.or e Capp.
Gn.al desta Cap.a governando Per p.or Seg Legue Vienem o d.o
Se Sentre elle Ley Sua Sarem Legoas Vienem o d.o
Illmo Sr Marechal Dig.o de Al.e de antecessor Con-
me de Atouguia das Sua Testidões Sobre não Serem as Testi-
dões que mandava as Cartas em Seu nome ao M.or p.a Se
Cultivarem os devedores da Real Faz.da Ley Se Sim e Sa-
Zia o mesmo. P.a q.e em Seu nome exprimisse M.or a Sigrado,
e Sentença alguã pessoa Vego jurar em Leis Sia Ou Sume-
rio dos Testigos Autos Conservem Sentença, e Sen-
tenciar com as Testidões q.e Sobre dita materia
alegarem, em todos Termos.

O Juiz de que Lhe fej a presente Carta de Sentença para nella depoys de Lida e Publicada Citar as Partes Judicialmente Lisboa Joseph Leyra a Folhas Cinco aos 31 de Dezembro de 1750 annos

O Senhor de que Lhe Sej a presente Carta de Confirmação Sentença Vida e prazo do Sello ordinario Lhe Sej Sellada na Sella desta Cidade 31 de Dezembro de 1752 annos

Dmo prede Sid.e do Natal
130 de Dezembro
de 1750

Sapp.or

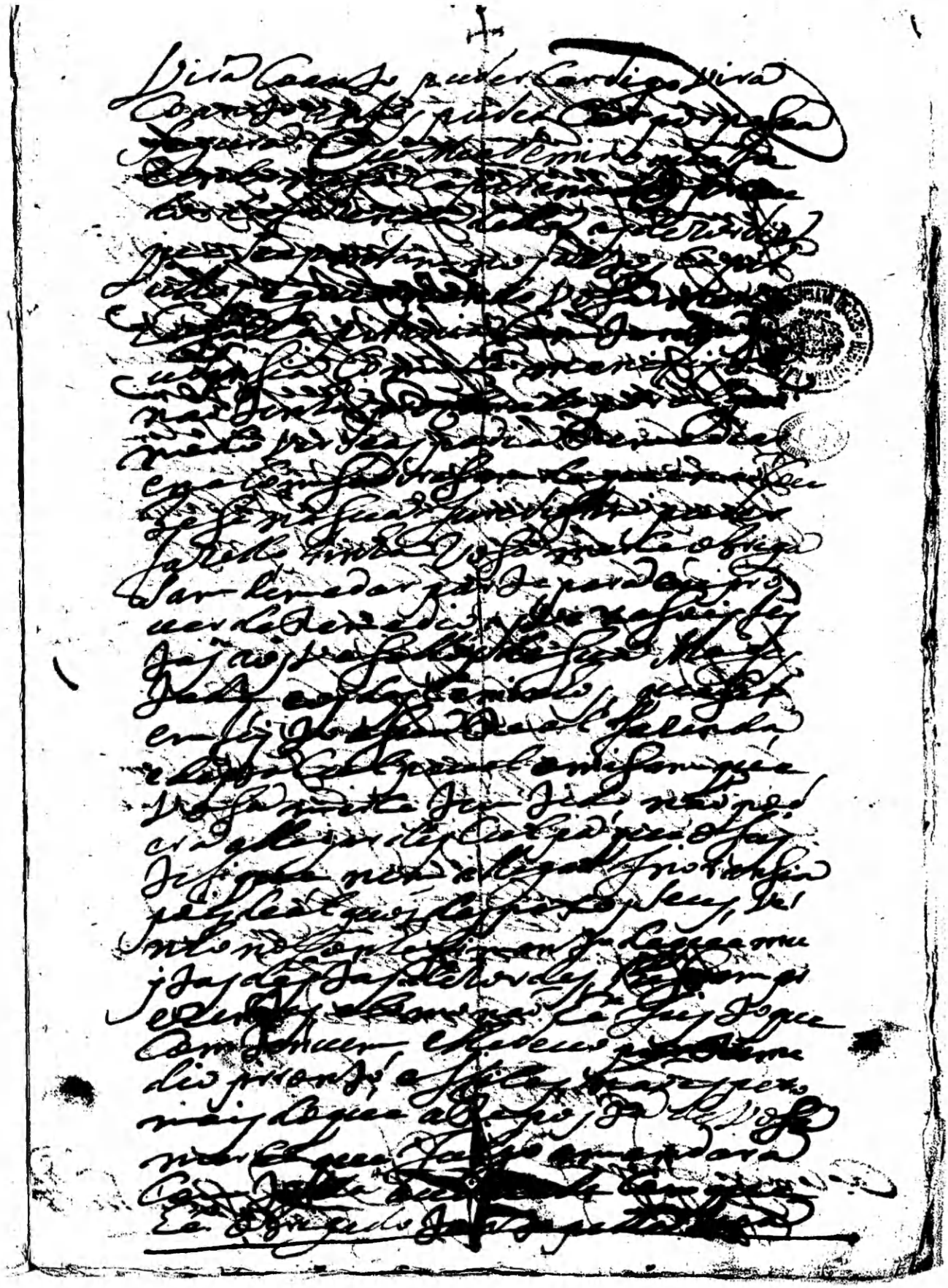
Miranda

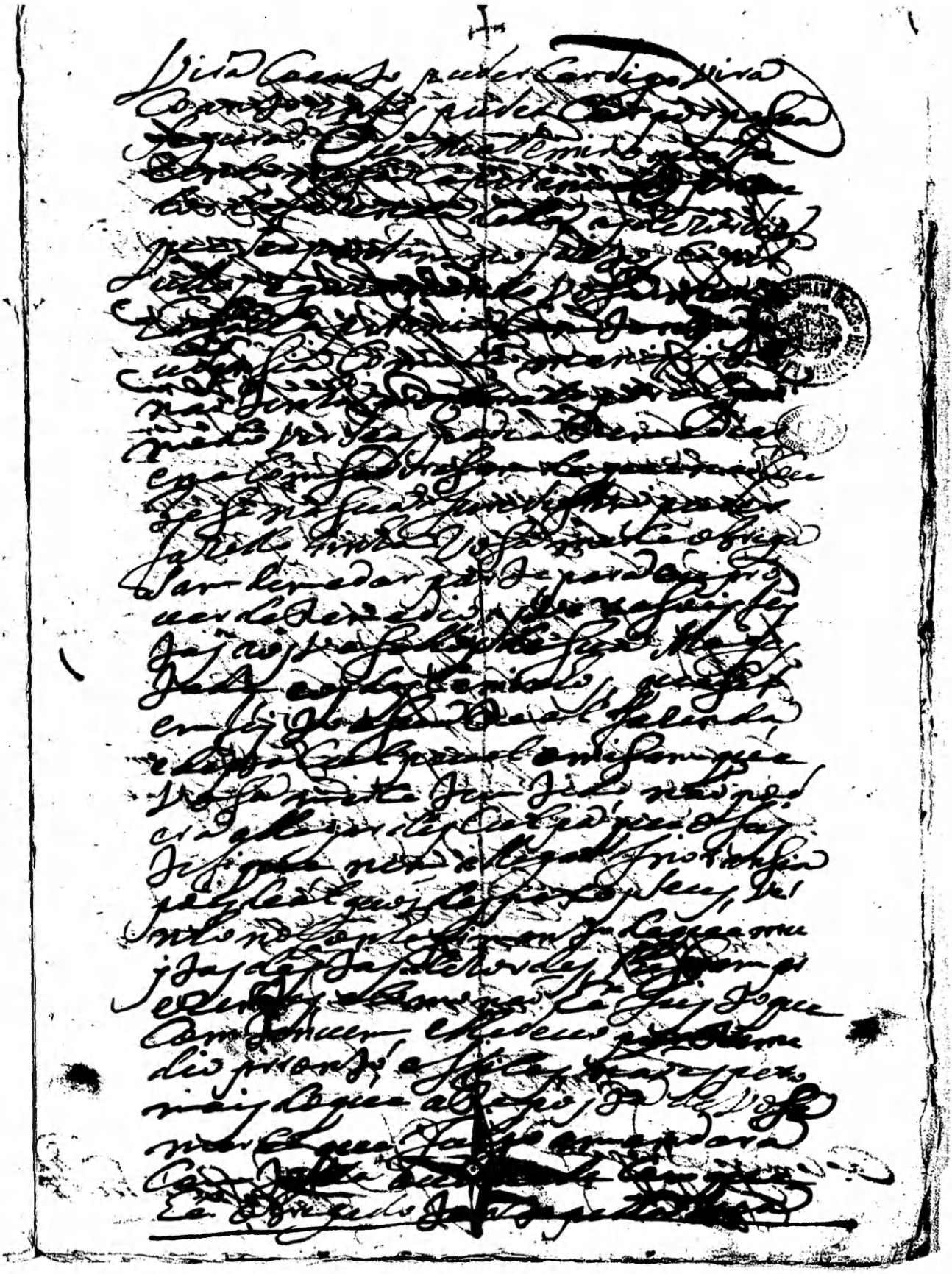
Diz o Promotor da Justiça, q. nesta Cid.e q. Jaz abem de Sua Justiça, q. qualquer dos Cab.es desta Cidade se ve dem em publica forma a sua custa q. lenda nesta Secretaria do Ill.mo e R.mo S.r Dom Thereis de Noronha escripta a V.M. sobre o procedim.to dos Ministros da Joy da Fazenda R.l Ignacio de Sousa de Rocha Branco; p.a o que

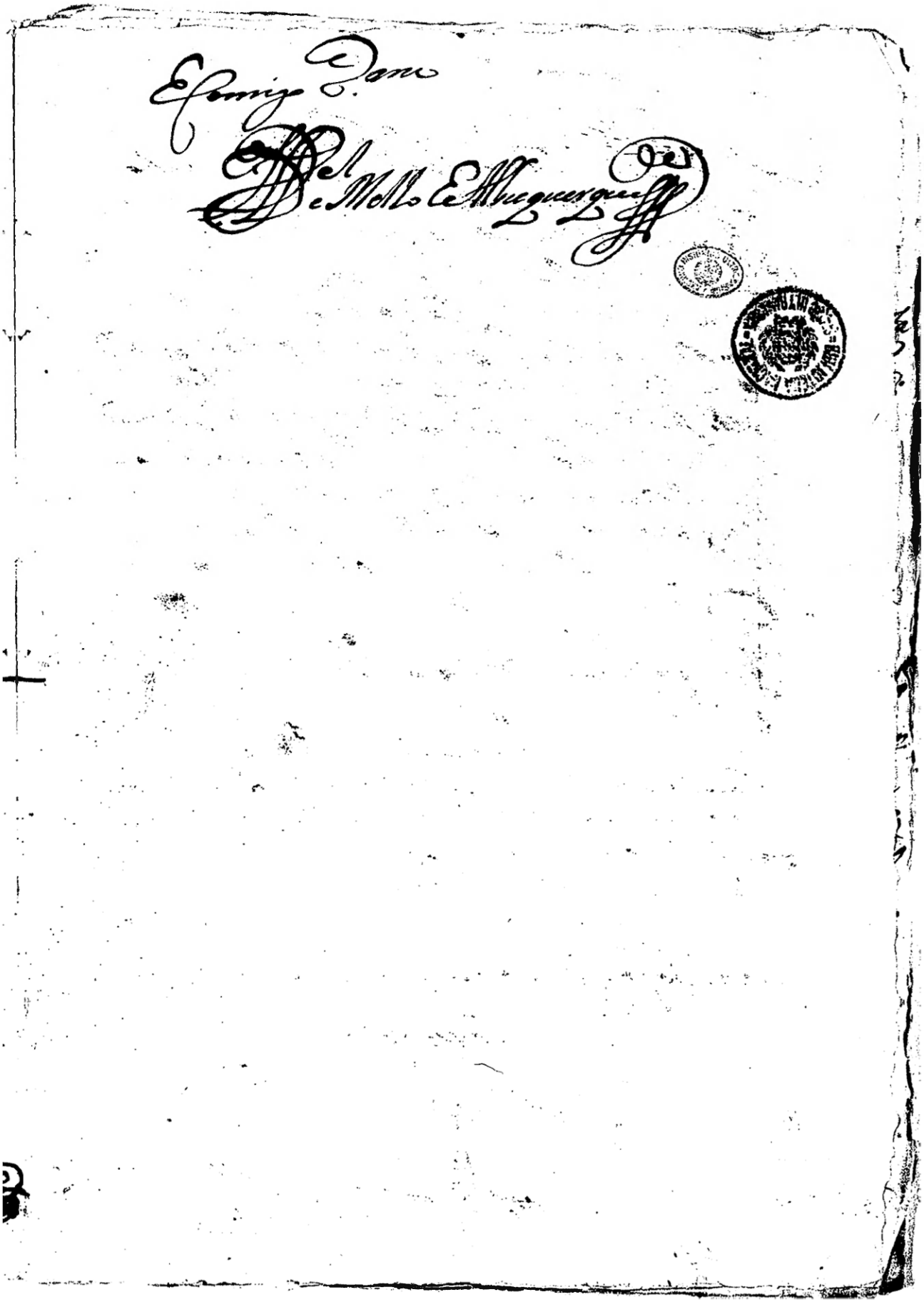
P.a V.M. se Servir mandar q. se lhe Cumpra o q. requer

E.R.M.

Diz o Promotor da Justiça que [illegible]







Esmo Señor

Del Mo Ho Marqués de Villaverde

Certificacaõ do Senado da Camara
que Este presente anno Servimos Nesta Cida-
de de Nossa Senhora Madre de Deos Capitania do Rio Grande por sua
Magestade que Deus Guarde &a

Certificamos que Conhessemos ao Sargento mor Dionizio
da Costa Soarez Morador nesta Cidade desde anno
de mil & Sette Centos e Vinte Sette que para Cá veyo com
o Capitaõ mor Domingos de Morais Navarro de Servir
de Secretario no tempo que governou esta Capitania e
Succedendo nomesma Emprego. Emtodo o tempo que governou
o Seu Successor o Capitaõ mor Joaõ de Barros Braga. Ser-
vindo tambem o officio de Escrivaõ da Camara Com muita
Satisfaçaõ por Ser pessoa de bom procedimento fazendo que
se Conservace Emtranquilla paz e equilibrio do Go-
verno politico, e Militar, que por Sua direcçaõ se
dezempenhou. a boa Economia de ambos. Servindo Em
Varias occazioens o officio de Escrivaõ da Fazenda Re-
al Cod Provedor della, Com muyta Satisfaçaõ do Real Ser-
viço, Alem disto demais, e no descurso de Vinte Hoto
annos que o Conhecemos occupou nesta Senado Va-
rias vezes o Cargo de Almotacel. e nos Pellouros que
nesta se abrirão a Sua Magestade Em Sua occazião
de Vereador Em duas de Juiz Ordinario, e em outras
tantas de Juiz de Hor fóra triennal a primeyra vez,
e a Segunda que Ella a presente ainda Se achaõ tomou-lhe
posse, Exercendo actualmente Cargo de Provedor dos
defuntos e Ausentes e Regendo para Elles Empre-
gados os Ministros Corregedores e Capp.es mores Gover-
nadores desta Capp.a por Se conhecerem Na Sua pessoa
Talentos Naturaes e partes que para tudo Se Requi-
rem com a fidelidade, Sendo pessoa de boa vida e Con-
versaçaõ e Cujas prendas e Serviços que tem feito
a Republica e a Sua Magestade Nos da certidaõ os
Suzodittos Se fas merecedor da Cada Vez e de

Juiz Ordinario

Diz o Procurador do Conselho Manoel Vieira da Costa Soares, Morador nesta Cidade q. elle tem necessidade de hum requerimento, q. elle quer fazer ao Provedor da Fazenda Real desta Capitania, e Escrivaõ da Provedoria, e Junta, e lhe he necessario Alvará, q. o mesmo Escrivaõ lhe faça, e passe, e em seo impedimento o Escrivaõ, q. o for, e lhe passe, e assine, e lhe dê o Sello, e

Juiz Ordinario

Diz Vicente da Costa Soares, Morador
[illegible] q. elle tem necessidade correr
[illegible] Escrivão do Judicial desta
[illegible] elle necessario citar a elle, e mais
[illegible] e fallecem
[illegible] q. em seu Cartorio
[illegible] elle. P.

Pede a Vossa
Mercê

Mande passar
[illegible] q. elle
Escrivão e fallem
[illegible]
do Estilo.

[illegible] Juiz Ordinario e Presidente nesta
Cidade de Nossa Senhora da Conceição
Rio grande por Sua Magestade
[illegible] Mando a qualquer
[illegible] e Citação
[illegible] Escrivão
[illegible] e Dezembro
[illegible] Escrivão
[illegible] Juiz
[illegible] Escrivão
[illegible] primeiro por mim assinado

Enregd la mre Tabellionge
Capitainerie de Matal 2 de Janv. de 1755
66 ans

Del
De Mello E Abreu

Enregd la mre Tabellionge
Capitainerie de Matal 2 de Janv. de 1755
66 ans

Del
De Mello E Abreu

Dmo. pede Sid.e do Natal
30 de Dezembro de 1750.

Ap.o Mor.

Miranda

Diz Dionizio da Costa Soares Mr. nesta Cid.e
q.e tem de sua Justiça, q.e he necessario q.e Jozé Tab.m
desta Cidade, lhe dem em publica forma, hua Certidaõ de
Obrigaçaõ de Sesenta mil Rs. q.e lendo entre os papeis
do defunto P.e Thezouro do Dr. Ignacio de Sequeira Bezerra
Brandaõ sobre hum Credito de Dez. tres mil Rs. q.e lhe pas-
sado ao Coronel Mel. Teyx.a Carado dito q.e lhe en-
trou de clarando o Tab.m Jozé Correa e Signa-
do do mesmo Coronel Mel. Teyx.a Carado. de q.e
em vida do defunto Provedor este Lhe apresenta-
ra ao Cartorio p.a lhe conferirem e sepor duvidarem
naõ Sey a letra e Signal do Coronel mas Sim Sey
da letra mas naõ do defunto Sey Manoel Gabriel
Secretario p.a q.e

Vm. Seja Servido mandar
que o Tab.m lhe dee o q.e delle pede
pois lhe dem ao Cartorio Hadem empu-
blica forma declarando todo o theor

Rio 30 de Dezembro de 1750

Jozé Caetano e Costa Escrivaõ
Francez q.e passei em publico Sinal

Do sentir Doctor Ignacio de Soura
de la Branco Jasens de mi Reis
en dimeis de lo mtado Cauca que en
fin me ha de suceder por derecho
que a mi pedir Resa Justificasse ante
nam Reis de la Cal me passe Car
Cedido que fuesse de minha Cal
ma se declarou neste Cojuizo Cauda
Lea Re passej e Jeneroa Cedes
por ser Justificado Cadiso em per da
nsia por estar pago della esa Ji
sej do asi. Dante Cedij de Setembro
mil e sesse sentoj e Corenta e sesse
Manuel Sej xer de Carado // Como
Hoj demeia Cadi Migel Raposo
Cueira Resalica Em vida Cadiso por
ocupar por Celle me sej apresentado
Cerendome Re Cemisse Ca de Signal
pujo no nella Cadiso Corenel Sta
Manuel Sej xer de Carado que cedeu
Candelece por ser de Vis Cadado
Cadiso Signal Cadiso Manuel Sej
Cerado Re Cesser nisen Re Cemi
Cer de Re Cesser Cumeij Jo se
Jnaij que a Cen Cej Jo se Ca
Cadiso Manuel Sej xer Cestando
em meu [redacted] Cadiso
nem a Cesta Cadiso Cesta
a Cual Cá só Cadiso proceder
Jgnacio de Sequeira Cabral Cranq
Cuca Cesta de Cenfesso // erad.

E Comigo [illegible]

E Mello E Albuquerque

Certifico que estando em minha
[illegible] Sabo, para ali ser [illegible]
em [illegible] ordenou meu [illegible]
[illegible] Sigo [illegible] Porta [illegible]
[illegible] Mea [illegible] nem [illegible]
[illegible] Porta, pedindo [illegible]
[illegible] Mestre [illegible] [illegible]
[illegible] Real [illegible] Corte
[illegible] Reis [illegible] [illegible]
[illegible] Feita por [illegible] Prouda
por [illegible] [illegible] Porta
[illegible] [illegible] [illegible]
[illegible] [illegible] [illegible]
[illegible] [illegible] [illegible]

E Mello E Albuquerque

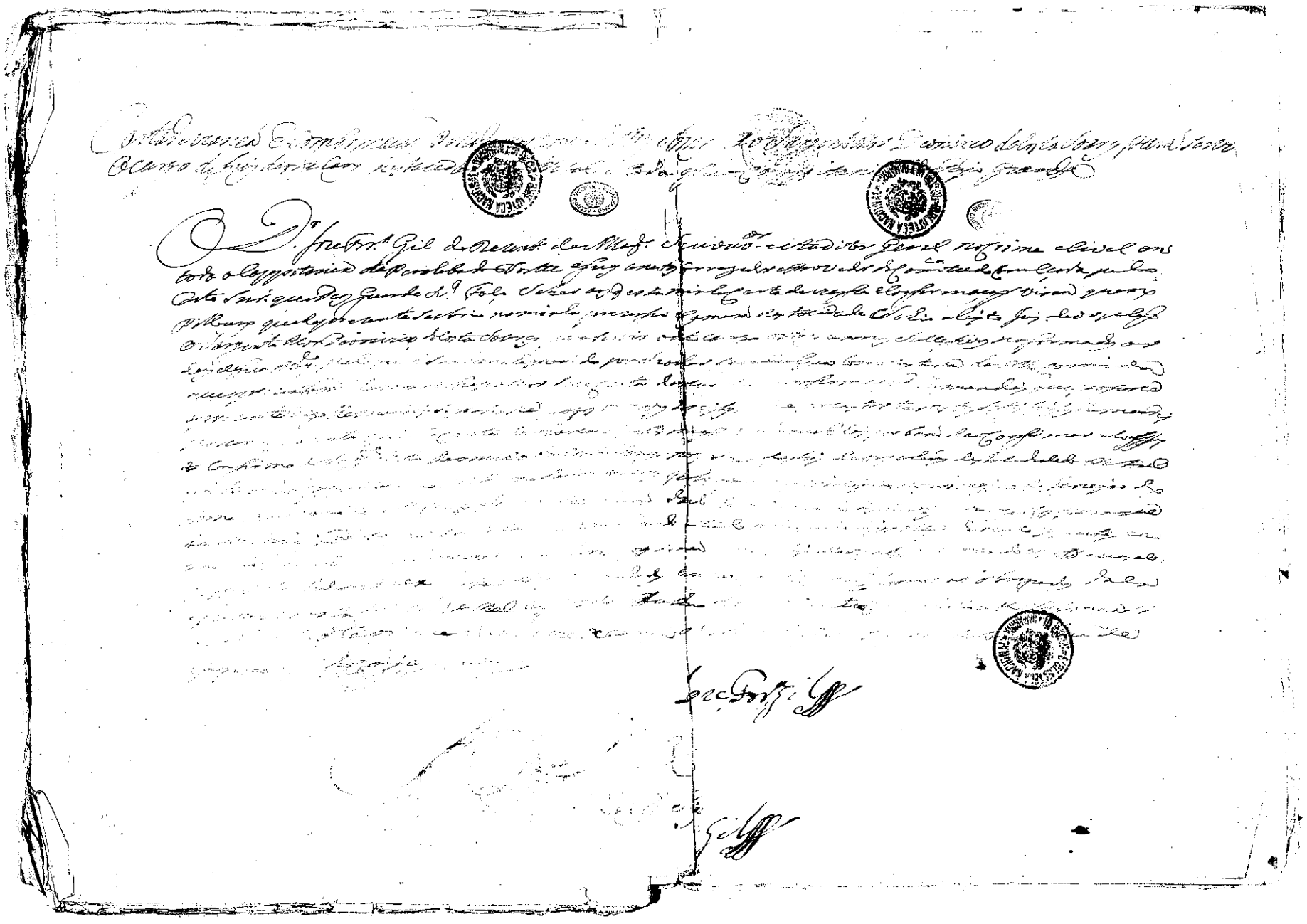
Conmigo Escribano

Del Mollo Escribano Real

Certifico que estando en mi oficio
los Diputados que fueron para dar
orden en lo que se ha de hacer en la
Cerca del Convento de Nuestra Señora
de Belen de esta ciudad para
mayor resguardo de la Salud
Pública, pidiendo Diputados de
Nobleza para dicha Junta
hacer el Marqués de Monesterio y
Conde de Peñaflor, Diputados
de dicha Nobleza, por ante mí
se hizo Junta por mi Escribano Público
y por del número Escribano Real
ha pasado lo referido en cuya
fe firmo en 2 de Junio de 1751

Ante mí

Del Mollo Escribano Real



D. Joze por graca de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem mar em Africa de Senhor de Guiné &c. Faço saber ao Ouvidor geral da Comarca da Parte de Dimiz do Estabares morador na Capitania do Rio Grande que me fez expor por Capea em meu Real nome pelo Secretario Dimeu Lourenço Valente do Couto que em observancia das Ordens minhas de 3 de Março de mil setecentos e quarenta e sete, e 20 de Janeiro de mil setecentos e quarenta e nove, mandei proceder contra os culpados nos Crimes de Sedição, e Levantamento, que se intentaram fazer naquela Capitania, e que para se evitarem semelhantes insultos, e se conservar a boa ordem, e Regimento delas, mandei por Ley de 3 de Março de mil setecentos e quarenta e sete, que nenhuma pessoa de qualquer Estado, e Condição que fosse, ainda que gozasse de Foro privilegiado, não pudesse ser preza, nem presa, senão em Flagrante delicto, ou por Culpa formada, e Sentença de Morte natural, ou civil, dada em Alçada, ou Instancia Superior, e que sendo o Delinquente Ecclesiastico, se remetesse preso ao Ordinario, para o fazer prender nas Cadeas do Aljube, ou Limoeiro, e lhe formar Culpa, e Sentenciar na forma do Direito, e Sagrados Canones, e que sendo Secular, se remetesse preso ao Governador, e Capitão General do Estado do Brazil, para o mandar prender nas Cadeas da Cidade da Bahia, e lhe formar Culpa, e Sentenciar na forma referida, e que sendo Ecclesiastico, ou Secular, se lhe sequestrassem todos os seus bens, e Rendas, e se lhe tomassem as Armas, de que usasse, e que depois de Sentenciados, e Sentenças passadas em Julgado, se remetessem os Ecclesiasticos para o Reino, e os Seculares para o Porto de Pernambuco, para serem mandados para o Reino, e Sentenciados na Relação do Porto, e que sendo

Pondexp. Item. Vlt. Dec. 7 Dec. Cath.
Dec. 21.

Copia

Sindo

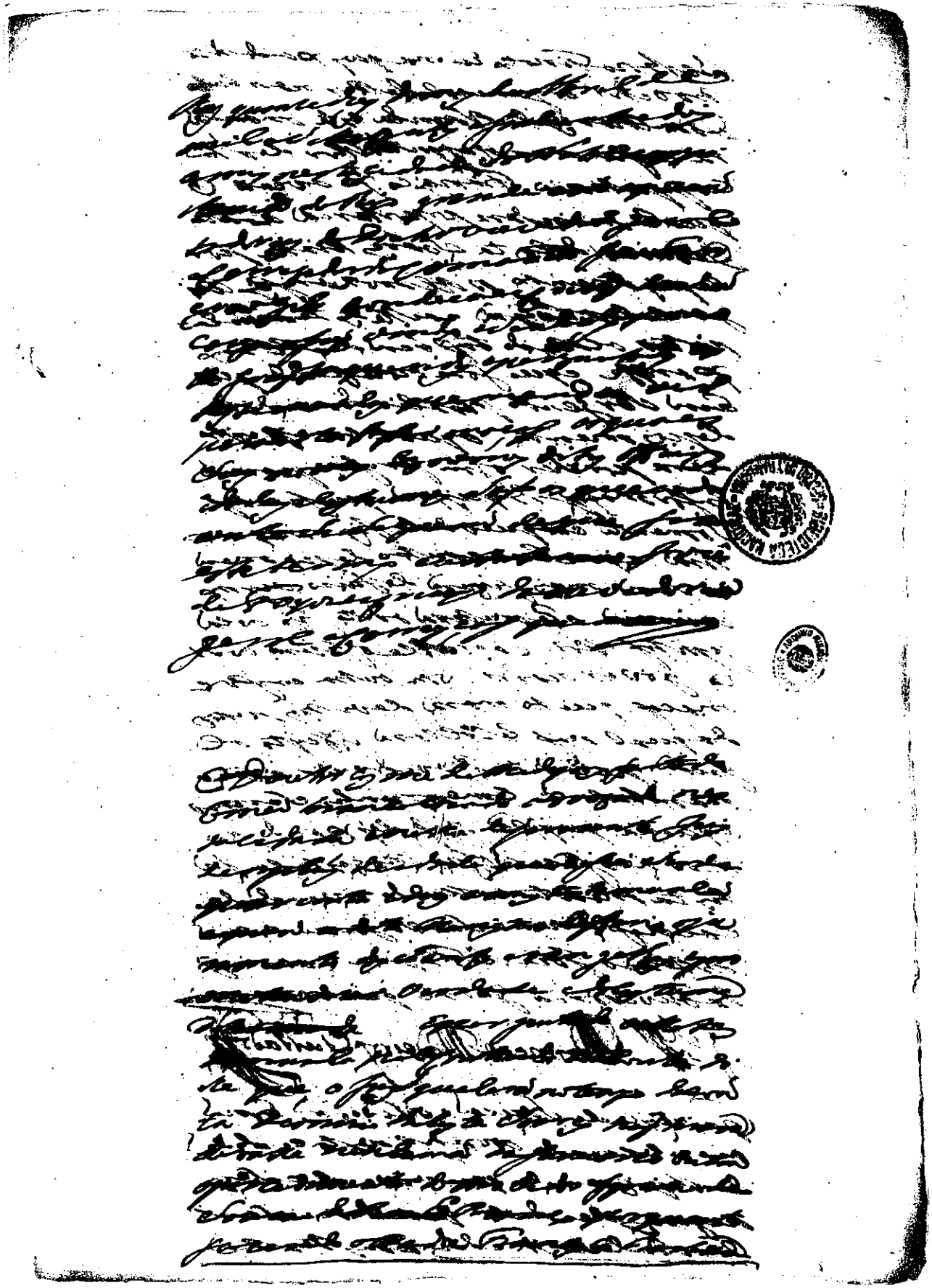
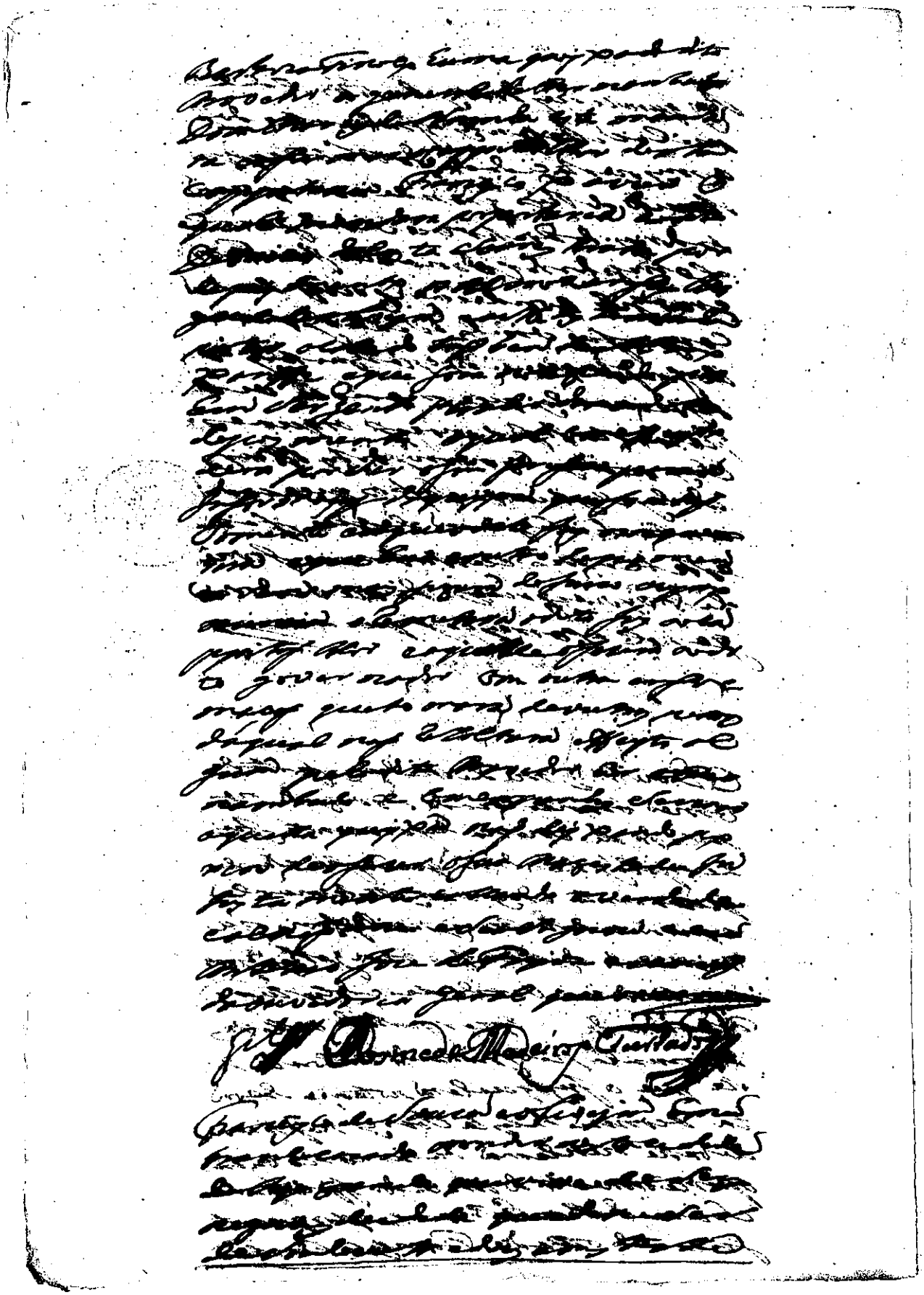
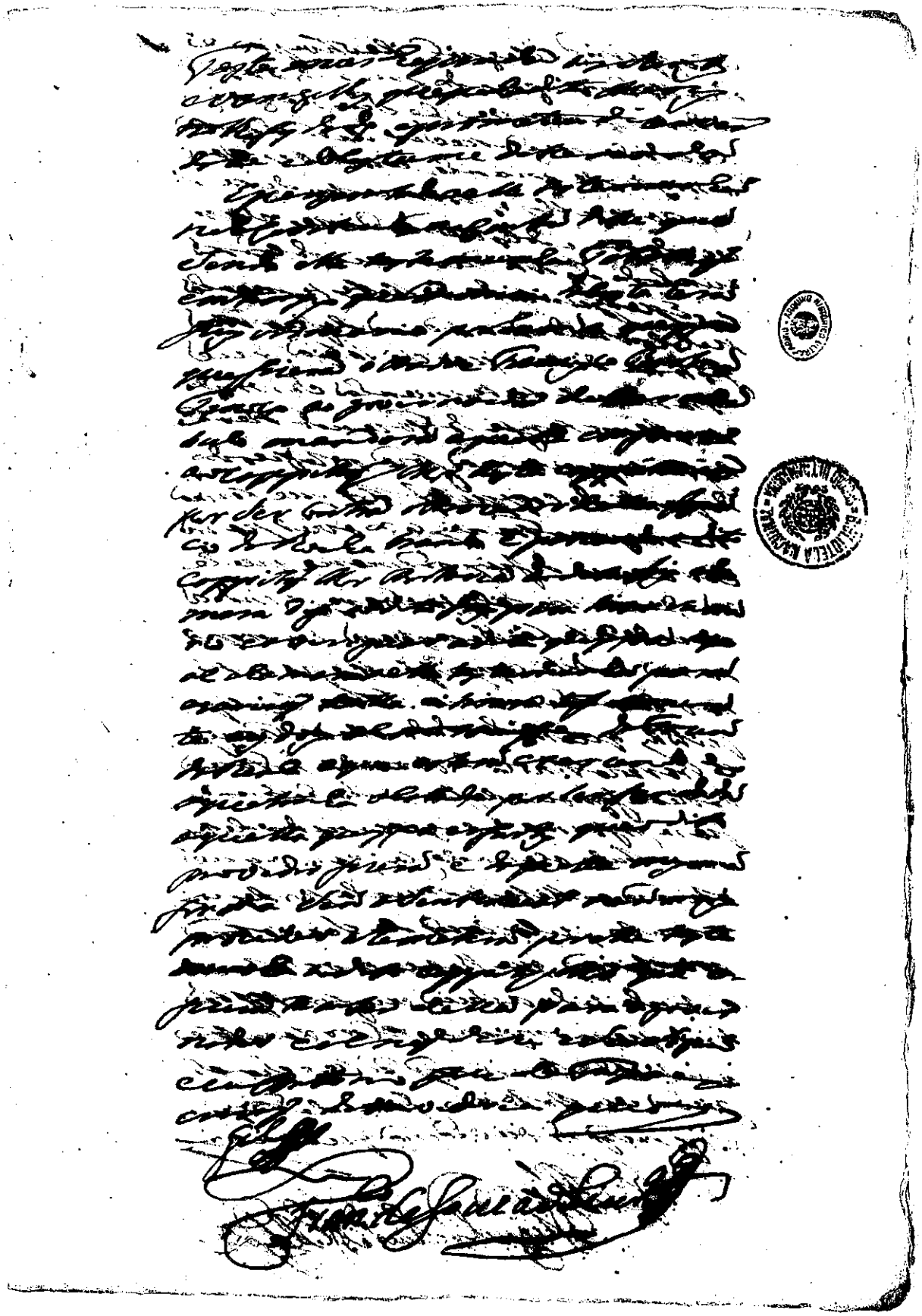
Diz o Sarg.to Mor Dionizio da Costa Soares m.or na Villa, e Rio gr.de annexa ao Gov.o de Pern.co q.e Sendo eleito nos pelouros q.e se fizerão nella no Cargo de Juiz dos Orf.os desta mesma villa, e Termo de q.e ao D.or ouv.or g.al da Villa, e Para Liba Como Corg.or da Com.ca se fez a folha Corrida junta, Se mandou o D.or Ministro q.e fizesse a Certidão de Confirmação, e offerece, com certidão da qual, q.e vento to mar posse de D.o Cargo, Se tem dificultado cumprir de os juizes ordinr.os e Vereadores da Cam.a desta Villa, e Rio gr.de Com o fundamento de se acharem legitimados nellas humas ordens de Vossa Mag.de, por Cauza de humas queixas q.e Lavrou contra o Prov.or da Faz.da Real q.e existe nesta Villa Ignacio de Souza Rocha Bran co q.e ao tempo Era falecido da vida pres.te em cuja ordem foi a Vossa Mag.de servido ordenar ao D.or ouv.or g.al da Para Liba, pleadeje as suspd.as em falta de Letrado nesta Villa, e Termo pello tempo de hum mez em q.e Servisse por termo feito nos Orf.os da Cam.a desta Cid.e do Rio gr.de sem poder exercitar Cargo algum nella da Cam.a / Como mais Se vê do off.o de Juiz dos Orf.os / remettido Certidão abaixo de q.e pello Com.o de Vossa Mag.de se lavou especialm.te a d.a ordem. E para q.e a queixa que fez em Sua Vida o d.o Prov.or de q.m Se falla e Sentença, Como Consta dos de Cont.os juntos, Sem formação do mesmo Ministro da Faz.da se dê ao Governador de Pern.co por nenhum teor o Supp.te Como Serve dos Certidões dos Tabelliaes desta Cid.e do Rio gr.de no tempo q.e Servio de Juiz ordinr.o, q.e foi no anno de 1742 e 1748, tirado genero de Sumario algum, Contra o dito ex.te desde o d.o Prov.or; sem intervir por nenhum modo Com o poder do seu Cargo q.e acto algum seu. Em cujos termos parece Se lhe não deve impedir ao Supp.te de Cargo de Juiz dos Orf.os Com q.e acaba e Sejão Com formalidade pello D.or Corg.or da Com.ca tendo os requesitos de Letras exigidos pello q.e Vossa Mag.de seja servido mandar Supplicado seja Com d.a ordem da d.a ordem cq.a o D.or ouv.or g.al da Para Liba, Como Corregedor da Com.ca desta Repartição dos posse ao d.o Cargo de Juiz dos Orf.os desta Cidade do Natal da Capp.nia do Rio gr.de visto Constar nos Orf.os do Supp.te Como não Corre do nem Livrado Sumario algum Contra o d.o Prov.or e Escrivão Como Serve da folha Corrida junta Sem Crime nem Culpa alguã, E Vossa Mce

Joaq.m Alz.o Lages Faria

Junto os papeis por q̃ ElRey Nosso Senhor
ordenou da Fol. 21 de Abril de 1792

R.M.

Pello Summario da testemunha consta ser falsa aqueixa, q̃ o Provedor da Fazenda Real do Riogrande Ignacio de Souza Rocha Branco fez á V. Mag.de, deq̃ o Juiz da mesma Cid.e, que então era Dionizio da Costa Soarez tirara sem juiz dicto hum Summario do seu procedimento, por quanto, fazendo o Padre Fran.co Barbosa Pinoco queixa ao Gov.or de Pernambuco, que então era D. Marcos de Noronha dos excessos do d.o Provedor, mandou o d.o Gov.or informar ao Cap.m mor, q̃ era do Riogr.de Francisco Xavier de Miranda Henriques, o qual p.a melhor averiguação da queixa passou sua portaria ao d.o Juiz p.a tirar por depoim.to ao Almoxarife Cosme de Medeiros Furtado, e Miguel de Siqueira e Mello, por se fundar a d.a queixa em descaminho, deq̃ cavião de ser sciente o d.o Almoxarife; e q̃ com effeito foi o d.o Juiz exhibida a portaria, com os mais depoim.tos informou o d.o Cap.m mor aqueixa, sem q̃ houvesse nisso algum procedim.to da parte do d.o Juiz, como depoem o mesmo Almoxarife, e o Cap.m Francisco de Souza, e offi. dos d.os depoim.tos nem consta, q̃ o d.o Juiz fizesse conhecimento algum do outro Provedor Antonio Fernandes Remudo, nem he crivel, q̃ hum Juiz Ordinr.o se intrometesse a residenciar da Fazenda Real succedendo q̃ vezes tirar alguns depoim.tos nesta materia por portaria do Capitaen mor, p.a alguã informaçoen, q̃ não mesmo semandou pedir. O Padre Fran.co Barbosa Pinoco era bastantem.te inquieto, mas como seja falecido, e o d.o Provedor, cessarão as inimizades, que entre Elle outro havião, e consequentem.te os disturbios; e ao Supplicante não deu ainda a Camera posse de Juiz de Orfãos, nem o Juiz Sem V. Mag.de o determinar. Paraiba

Hija mia de mi Corazon y de mi Alma

J M R